Boletim MacroFiscal
da SPE



Julho de 2019

Secretaria de Política Econômica | Secretaria Especial de Fazenda | Ministério da Economia

Ministério da Economia - Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Política Econômica

Subsecretaria de Política Fiscal
Subsecretaria de Política Macroeconômica

Boletim MacroFiscal da SPE

Brasília
Julho de 2019

Ficha Técnica

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda
Waldery Rodrigues Júnior

Secretário da Política Econômica
Adolfo Sachsida

Subsecretário de Política Macroeconômica
Vladimir Kühl Teles

Subsecretário de Política Fiscal
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Subsecretaria de Política Agrícola e Meio Ambiente
Rogério Boueri Miranda

Equipe técnica responsável
Alex Felipe Rodrigues Lima
Bernardo Patta Schettini
Carlos Henrique Coelho de Andrade
Celso José Costa Junior
Démerson André Polli
Diogo Martins Esteves
Elder Linton Alves de Araújo
Fausto José Araujo Vieira
Gustavo Miglio de Melo
Hébrida Verardo Moreira Fam
Luis Felipe Alvim Pavão
Luís de Medeiros Marques Hashimura
Márcio Bruno Ribeiro
Márcio Ramiro da Costa
Maria Odete Coutinho de Araujo
Paulo Ricardo Mendes Valença
Pedro Henrique Navarrete
Priscilla Belle Oliveira Pinto
Saulo Quadros Santiago
Sérgio Ricardo de Brito Gadelha
Silas Franco de Toledo
Tereza da Silva Assis
Vicente Ferreira Lopes Filho

Projeto gráfico e diagramação
André Oliveira Nóbrega

Índice

01 - Panorama Geral	4
02 - Conjuntura	6
03 - Projeção de curto prazo	7
04 - Projeção de médio prazo	8
05 - Projeção de inflação	9
06 - Box: *Desempenho da Agropecuária*	10
07 - Prisma Fiscal: projeções de mercado	11
08 - Despesas discricionárias: execução	12
09 - Box: *Nova Previdência combate privilégios*	14
10 - Pesquisa: *Nova Previdência e Crescimento do PIB*	16

Panorama Macroeconômico

O Panorama Macroeconômico é um conjunto amplo de indicadores de conjuntura e de projeções da Grade de Parâmetros para o processo orçamentário, produzido pela SPE. Apresenta dados selecionados de atividade econômica: PIB, produção setorial, emprego e renda, preços e inflação, crédito e mercado financeiro, política fiscal, setor externo e economia internacional.

Boletim disponível pelo QR-Code ou na página da SPE http://www.fazenda.gov.br/orgaos/spe

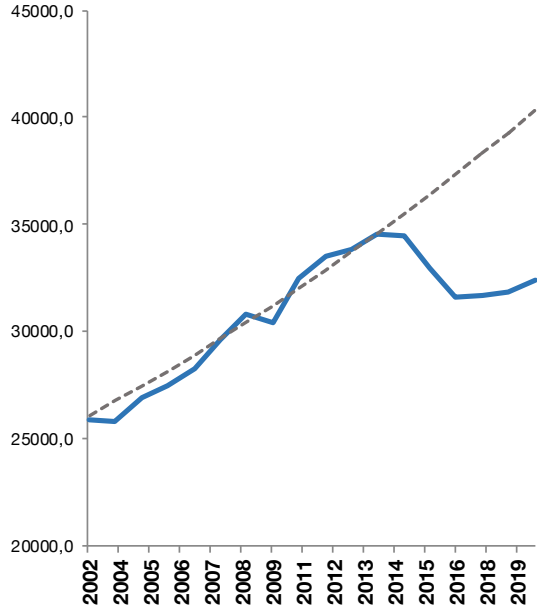
Prisma Fiscal - SPE

O Prisma Fiscal/SPE é um sistema de coleta de expectativas de mercado para acompanhamento das principais variáveis fiscais brasileiras. Apresenta projeções de analistas do setor privado, em bases mensais e anuais, para as seguintes variáveis: arrecadação federal, receita líquida, despesa primária, resultado primário do governo central e Dívida Bruta do Governo Geral.

Endereço da página do Prisma Fiscal/SPE www.fazenda.gov.br/prisma-fiscal

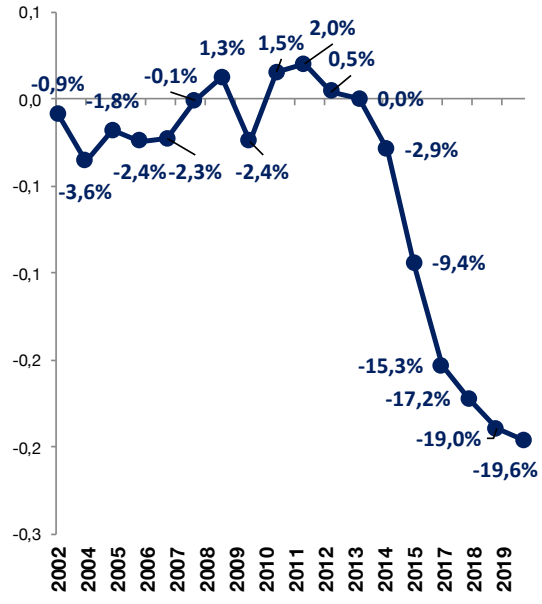
Panorama geral

PIB per capita (R$)
Tendência pré crise x Realizado



Fonte: IBGE e SPE

PIB per capita (R$)
Diferença em relação a tendência pré crise



Fonte: IBGE e SPE

Após passar por uma severa crise em 2015-16, a economia brasileira iniciou uma lenta recuperação com crescimento de 1,1% a.a. nos anos de 2017-18. No ano de 2019 a economia brasileira ainda está com ritmo de atividade de baixo crescimento. Em grande parte, **esse baixo crescimento revela que o país sofreu uma quebra estrutural de redução do seu nível de desenvolvimento**. O substancial distanciamento do nível de atividade da economia com relação à sua trajetória de longo-prazo indica que a recessão de 2015-16 não foi um movimento cíclico cuja recuperação natural fosse esperada. Ao invés disso, tratou-se de uma dinâmica de transição para um *steady-state* inferior.

A mudança estrutural que o país sofreu decorre de uma queda substancial de produtividade aliado a um quadro de descontrole fiscal no período. A produtividade do trabalho no país caiu 9,5%[1] entre 2012 e 2018, e a produtividade total dos fatores caiu 6,05%[2] no mesmo período. Ao mesmo tempo que a produtividade caiu, houve um aumento substancial do nível de desemprego e de aumento de capacidade ociosa da economia decorrentes do encerramento de atividades de diversas empresas, fato este que pode ser observado pelo aumento substancial do número de pedidos de recuperação judicial no período.

Ao mesmo tempo houve uma deterioração substancial das contas públicas. Saiu-se de um superávit primário do setor público consolidado de mais de 3% do PIB no período 2006-2008 para valores em torno de 2,5% entre 2009 e 2011 e de 2% no biênio 2012-2013, e posteriormente para déficits crescentes no período 2014-2016 – quando o resultado negativo chegou a 2,5% do PIB. As medidas de ajuste tomadas nos anos mais recentes, bem como a lenta retomada da atividade econômica, interromperam a trajetória de alta do déficit, mas não foram capazes de gerar superávits. Em 2017 e 2018, o déficit primário do setor público girou em torno de 1,6% do PIB.

Concomitantemente à deterioração do resultado primário, observou-se expressiva elevação dos indicadores de endividamento a partir de 2013. A dívida bruta do governo geral passou de 51% do PIB em dezembro de 2013 para 77% do PIB em dezembro de 2018, ao passo que a dívida líquida do setor público aumentou de 30% para 53% do PIB no mesmo período.

A relação negativa entre dívida pública e crescimento econômico é robusta em diversos estudos em-

[1] *A partir de dados do IBGE.*
[2] *A partir de cálculos do IPEA.*

píricos, e há uma série de argumentos que podem explicar tal relação. Uma vez que o financiamento da dívida implica em pagamento de juros, o crescimento da dívida pública realoca a poupança para seu financiamento reduzindo a acumulação de capital, enfraquecendo assim o crescimento econômico.

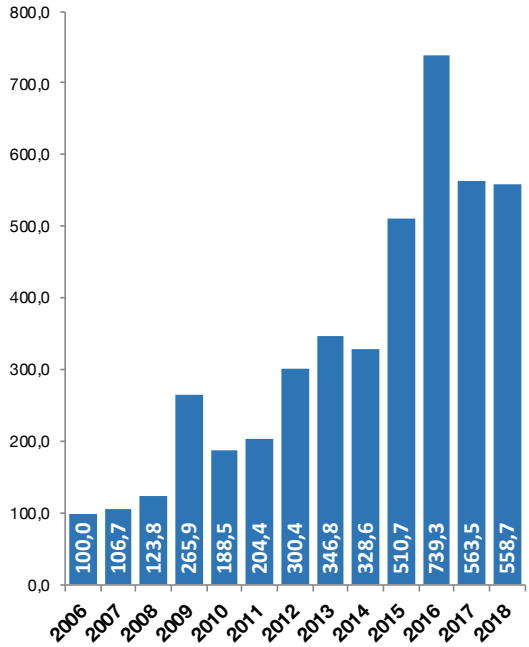
Vale lembrar também que a dívida deve ser amortizada pela redução futura da despesa pública, aumento de tributação distorciva, inflacionando a economia ou inadimplindo, todos com efeitos negativos sobre o crescimento. Além disso, níveis elevados de dívida pública limitam o efeito das despesas públicas produtivas no crescimento a longo prazo, criam incertezas ou expectativas de repressão financeira futura e podem estar associados a taxas de juros reais mais altas e menor investimento privado se isso se configurar em um maior risco país. Assim, para que o país possa voltar a crescer de forma sustentável, deve, necessariamente, conter o crescimento da dívida.

A deterioração dos indicadores fiscais deveu-se primordialmente ao crescente descontrole dos gastos públicos. A rápida piora fiscal e a perspectiva de seu agravamento – derivada da condução pouco transparente da política fiscal, com o uso de vários expedientes de "contabilidade criativa" e o descumprimento das normas legais definidas pela LRF, e da consequente percepção, por parte dos agentes econômicos, da incapacidade de o governo adotar as medidas necessárias ao reequilíbrio das contas públicas – levaram a significativa perda de credibilidade da política fiscal e a dúvidas quanto à sustentabilidade das contas públicas. A consequência foi o aumento da incerteza no ambiente macroeconômico, com impacto negativo nas decisões de produção e investimento no país. A crise fiscal, em combinação com a crise política a ela associada, estiveram na raiz da profunda recessão do período 2014-2016.

Ao mesmo tempo houve um severo aumento do *misallocation* na economia brasileira em resultado de diversas políticas de direcionamento de recursos adotadas. À medida que recursos são direcionados a empresas ou setores específicos, há uma queda da produtividade uma vez que os empreendimentos deixam de ser conduzidos pelo maior retorno.

Assim, **a retomada do crescimento da economia brasileira deverá passar necessariamente por um conjunto de reformas de reequilíbrio fiscal, onde a Nova Previdência assume papel de protagonismo, bem como reformas pró-mercado**, que criem um ambiente onde o investimento possa ser guiado pelas melhores oportunidades de mercado, ampliando a produtividade e gerando maior crescimento não apenas nos próximos meses, como também no longo-prazo.

Pedidos de Recuperação Judicial
(2006=100)



Conjuntura

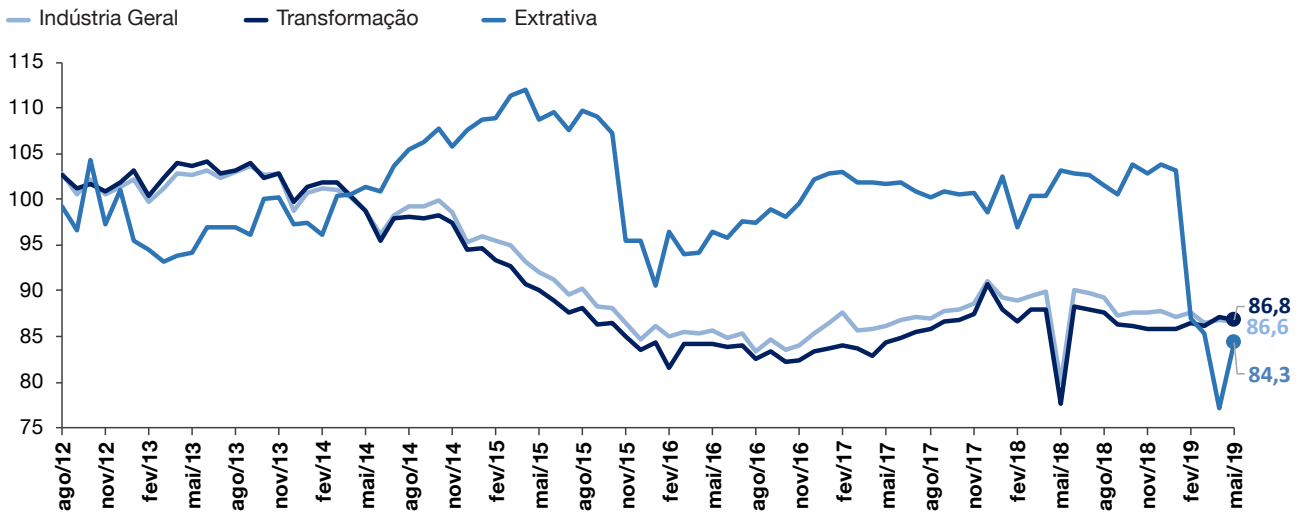
No 1º trimestre de 2019, o PIB apresentou queda de 0,2% na comparação com o trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal, após trajetória de oito trimestres seguidos de alta na margem. Houve queda na indústria (-0,7%) e na agropecuária (-0,5%); e alta nos serviços (+0,2%). Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o PIB do 1º trimestre de 2019 apresentou alta de 0,5%.

Além dos aspectos estruturais apontados na seção anterior, a economia brasileira tem passado por diversos choques de curto prazo que aprofundaram o resultado de crescimento. Em 2018, a greve dos caminhoneiros, as incertezas intrínsecas ao período eleitoral, e a crise da Argentina produziram um ambiente de arrefecimento do crescimento. Em 2019, novos choques surgiram, em especial diante de um ambiente externo desafiador, que gera incertezas e reduziu o potencial tanto do comércio exterior assim quanto dos fluxos de investimentos. Com isso, projetos ficam adiados e a economia tende a se recuperar em ritmo mais lento que o esperado no início do ano.

A agropecuária teve reflexos de intempéries climáticas no início do ano. Todavia, as estimativas mais recentes apontam para recuperação da safra ao longo do ano, o que deverá contribuir para a retomada do PIB do setor agropecuário. No caso da indústria, houve impacto da tragédia de Brumadinho com reflexos na produção extrativa mineral. Para a indústria de transformação, a crise na Argentina gerou reflexos nas exportações brasileiras de manufaturados. **Segundo estimativas realizadas na SPE, cerca de 1/3 da queda da indústria até o momento pode ser atribuída aos reflexos produzidos pela tragédia de Brumadinho**. Por fim, a expectativa com relação à aprovação da Nova Previdência postergou os investimentos planejados, de forma a reduzir o crescimento do primeiro semestre.

Indicadores mensais disponíveis para o 2º trimestre de 2019 indicam que a recuperação continua lenta. A confiança de empresários e consumidores tem se reduzido em relação ao início do ano, dada a demora na retomada. A produção industrial apresentou ritmo próximo de zero em abril e maio, com recuo da indústria extrativa e menor ritmo dos ramos de transformação. Os serviços mostram recuperação lenta devido dificuldades de empresas e de famílias. Quanto à agropecuária, nota-se alguma recuperação da safra de grãos.

Produção Industrial
(índice com ajuste sazonal, 2012=100)



Fonte: IBGE

Projeção de curto prazo

A projeção de crescimento do PIB para o segundo trimestre de 2019 (2T19) é de 0,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O crescimento esperado para o PIB em relação ao trimestre anterior (com ajuste sazonal) é de 0,3%.

No setor Agropecuário, projeta-se crescimento de **0,5%** em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Considerando a projeção do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA e a sazonalidade das culturas ao longo do ano, o segundo trimestre se beneficiará sobretudo da produção de algodão e milho, que apresenta bom desempenho nas últimas divulgações do LSPA.

Na Indústria, projeta-se retração de 0,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O resultado reflete, em parte, o fraco desempenho esperado para a Indústria Extrativa e a Construção Civil contrabalançados pelo crescimento da Indústria de Transformação, influenciado positivamente pelo efeito base. Este efeito diz respeito à base de comparação baixa para a Indústria de Transformação, no mesmo trimestre do ano passado, decorrente da greve dos caminhoneiros (o que pôde ser visto no resultado da PIM de maio de 2019).

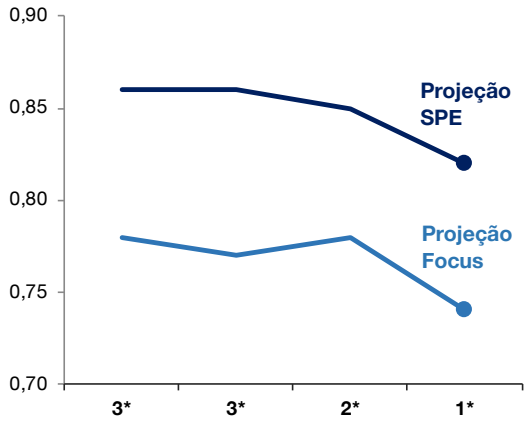
No setor de Serviços, projeta-se crescimento de 1,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O resultado representa uma leve desaceleração em relação ao primeiro trimestre de 2019 influenciada principalmente pela desaceleração dos segmentos Atividades Financeiras e Serviços Relacionados e Transporte, Armazenagem e Correios.

As projeções do segundo trimestre foram revisadas para baixo, nas últimas semanas, devido à frustração das estimativas em relação aos dados mensais efetivamente divulgados. Essa deterioração pode ser observada no modelo de projeção do PIB em tempo real e nas estimações coletadas pelo Focus. Considera-se para a realização da projeção o resultado das principais pesquisas de atividade divulgadas até a data 09 de julho de 2019.

Oferta	Var % sobre trimestre anterior*		Var % sobre mesmo trimestre do ano anterior	
	1T 19	2T 19	1T 19	2T 19
PIB	-0,1	**0,3**	0,5	**0,8**
Agropecuária	1,7	**-0,3**	-0,1	**0,5**
Indústria	-0,6	**0,4**	-1,1	**-0,1**
Serviços	0,2	**0,1**	1,2	**1,0**

**Com ajuste de sazonalidade*
Fonte: IBGE e SPE
Nota: Os dados referentes ao 2T19 são projeções realizadas pela SPE em 09/jul/19

Evolução das projeções 2T19 (semanas)



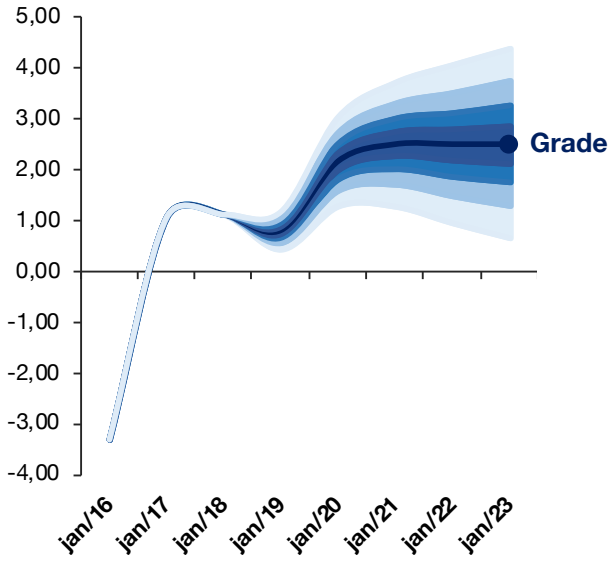
**Número de semanas anteriores*

Projeção de médio prazo

Projeções do crescimento do PIB*			
Ano	Data da projeção		
	02/Maio	06/Junho	05/Julho
2019	1,6	1,0	0,8
2020	2,6	2,5	2,2
2021	2,5	2,5	2,5
2022	2,5	2,5	2,5
2023	-	-	2,5

**(%) Percentual*
Fonte: SPE

PIB Real - % a. a.



Fonte: IBGE e SPE

As projeções dos indicadores macroeconômicos da grade de parâmetros deste mês fundamentarão o processo orçamentário, auxiliando a estimação de despesas e receitas do governo federal. Dessa forma, o horizonte temporal das estimativas se inicia neste ano e vai até 2023, contemplando o Projeto de Lei Orçamentária para 2020 (PLOA) e o Plano Plurianual 2020-2023 (PPA).

Nesta seção, apresenta-se as estimações do PIB anual para o horizonte temporal indicado. Conforme discutido nas seções anteriores, os indicadores mais fracos de atividade econômica, cujos resultados surpreenderam negativamente o mercado, **fez com que a SPE revisasse sua projeção de crescimento do PIB para 2019 de 1,6%, projeção realizada em 02 de maio e divulgada na Grade de Parâmetros de 10 de maio, para 0,81% com a informação disponível até o dia 05 de julho**.

A redução do crescimento da atividade em 2020 se deve substancialmente ao efeito base, ou seja, o menor patamar do PIB neste ano afetará o desempenho do PIB em 2020, mesmo crescendo a taxa de 2,5% anualizada em média no próximo ano. É importante salientar que as projeções não incorporam por completo os efeitos da Nova Previdência e novas medidas que beneficiarão a economia no curto prazo.

Já para os anos de 2021-2023, as estimativas do crescimento do PIB foram pouco alteradas, mantendo as variações reais próximas a 2,5% nesses anos. O PIB nominal em 2019 superará a marca dos R$ 7 trilhões, explicado em parte pela aceleração do deflator que se projeta um aumento de 4,3% neste ano.

Como toda projeção, há incertezas inerentes às estimações para o horizonte prospectivo. Assim, usando a variância da previsão dos modelos considerados, é possível estimar diferentes cenários para o crescimento da atividade, segmentando-os em diferentes percentis. Conforme pode ser observado a variância das estimações aumenta a cada ano à frente indicando que as projeções de crescimento tendem a ser revistas à medida que a economia sofre novos choques. Nesse ínterim, as projeções, bem como a sua variância levam em consideração como cenário base o histórico da economia.

Projeção de inflação

A projeção de inflação de preços ao consumidor para 2019 foi reduzida nesta última projeção. Os índices de IPCA e INPC indicam a expectativa de que a inflação permaneça baixa e controlada, com patamar abaixo da meta.

Adiciona-se às revisões dos indicadores, a incerteza gerada pelo choque de preços alimentícios que ocorreu no começo do ano. A alta dos preços dos alimentos no primeiro trimestre, devido à mudança climática atípica no período, gerou pressão altista nos preços. Com os dados divulgados do segundo trimestre, ficou claro que os preços elevados retrocederam, pelo menos parcialmente. O rápido arrefecimento dos preços de alimentos impactou na revisão dos índices ao consumidor para baixo. Adicionalmente, os preços do setor de serviços, que outrora eram grande fonte de preocupação para a inflação, estão dentro da meta e a sua projeção pela SPE para este ano é inferior a 4%.

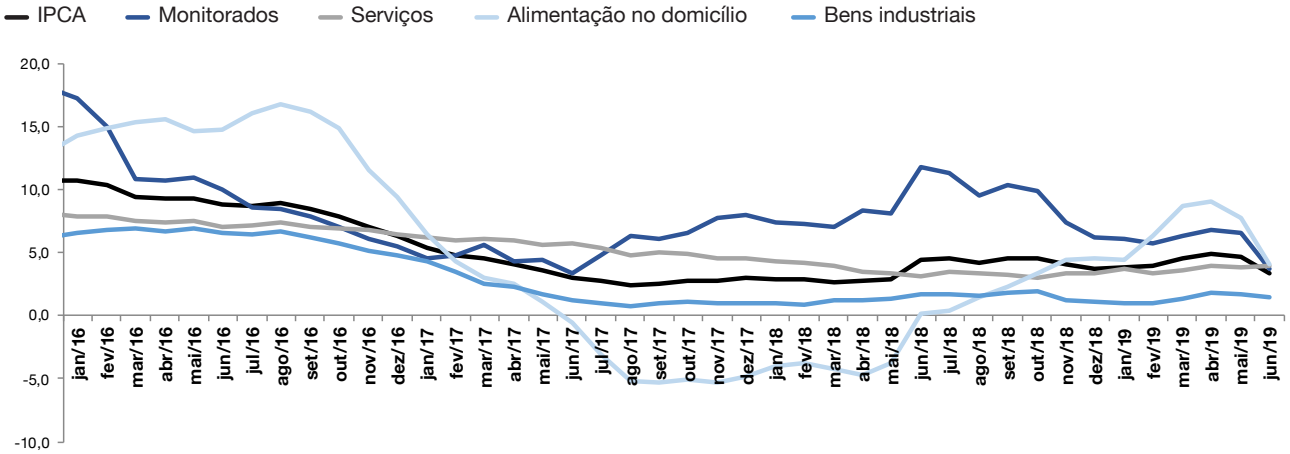
Os preços monitorados apresentam também uma redução substancial na taxa de inflação no período recente, especialmente diante das reduções nos preços de energia elétrica, gás de botijão e combustíveis.

Para a inflação do Índice Geral de Preços (IGP), os produtos industriais exercem pressão nos preços ao atacado, sobrepondo a desaceleração dos preços agropecuários, explicando o aumento das projeções do IGP em relação as últimas Grades divulgadas. A maior inflação dos preços industriais reflete a depreciação cambial neste ano e elevação de insumos, como o preço do minério de ferro.

Inflação 2019 - projeção (Grade)*			
Data base para projeção da inflação	**10/mai**	**07/jun**	**10/jul**
IPCA	4,1	3,9	3,8
INPC	4,8	4,0	4,0
IGP-DI	6,1	6,2	6,6

**(%) Percentual*

Inflação IPCA (ac. 12 meses)



Desempenho **da Agropecuária**

As expectativas a respeito do desempenho da agropecuária brasileira começaram 2019 em baixa. O embate comercial entre EUA e China, a queda de preços de commodities agrícolas importantes e a incerteza sobre panorama fiscal ao final do ano passado contribuíram para estimativas relativamente deterioradas em relação à atividade no setor.

No entanto, no correr do ano, outros fatores começaram a influenciar essas expectativas na direção oposta. Dentre eles pode-se citar a peste suína africana que aflige a China e que elevou as importações de proteína animal daquele país, beneficiando as exportações brasileiras, bem como dando sustentação para os preços da soja e do milho, insumos.

Além disso, o clima intensamente chuvoso nos EUA no primeiro semestre causou prejuízos às lavouras de soja e milho do nosso principal concorrente internacional e imprimiu tendência de alta nos preços.

Com esse movimento, tanto as estimativas do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), realizado pelo MAPA, quanto a estimativa da safra de grãos, feita pela Conab, passaram a prever melhorias. No caso dos grãos, a expectativa da Conab é que haja uma safra recorde.

Já no caso do VBP, a última estimativa do MAPA ainda não aponta para valor recorde, mas bem próximo de R$ 604 bilhões, que é o valor máximo correspondente ao ano de 2017.

Preço da Soja em Sorriso/MT
R$ pot saca de 60kg



Fonte: Cepea

Evolução Mensal das Previsões da Safra de Grãos Milhões de toneladas



Fonte: Conab

Evolução Mensal das Previsões do VBPA
R$ Bilhões



Fonte: MAPA

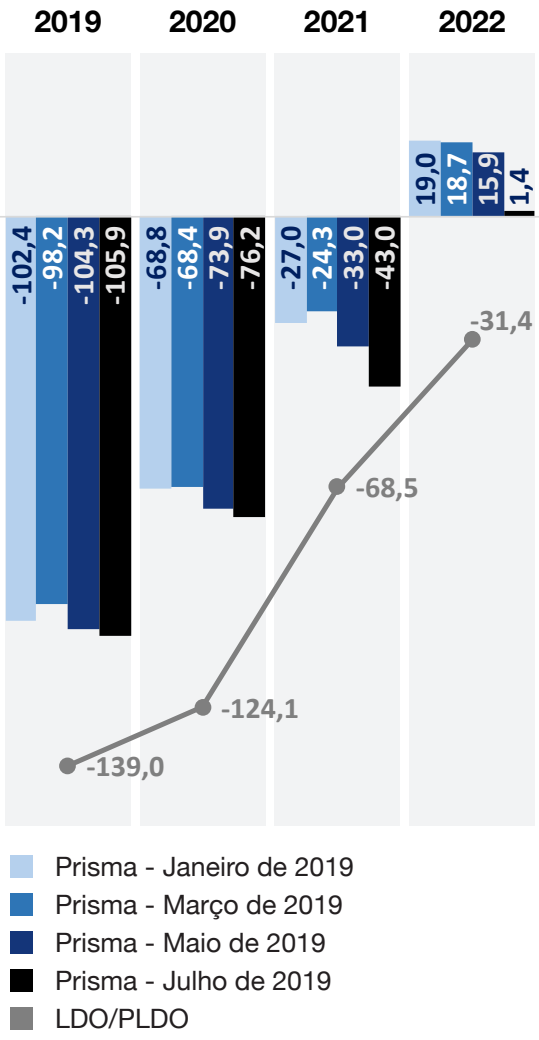
Prisma Fiscal: projeções de mercado

As expectativas medianas do Prisma Fiscal-SPE para o **resultado primário do governo central** de 2019 a 2022 apresentaram uma pequena deterioração entre janeiro e julho deste ano. O gráfico ao lado mostra que, apesar disso, as previsões medianas de mercado continuam dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 e previstos no Projeto de LDO de 2020.

A variação nas previsões está relacionada à revisão nas expectativas de crescimento do PIB. A tabela abaixo apresenta as expectativas medianas para todas as variáveis recorrentes da sondagem da SPE, as quais indicam piora nas previsões de arrecadação das receitas federais e receitas líquidas. Na última linha da tabela estão as expectativas medianas de crescimento do PIB de acordo com a pesquisa Focus-BCB, que captaram reduções significativas nas previsões de mercado para 2019 e 2020.

É importante observar que as projeções para as despesas totais do governo central continuam compatíveis com o teto de gastos para o período. Além disso, apesar da piora nas projeções da razão dívida-PIB de 2019 e 2020, as expectativas para os anos subsequentes ficaram praticamente inalteradas, apontando para sua estabilização. Pode-se concluir que o **mercado continua acreditando no esforço fiscal do governo e em sua capacidade de estabilizar a razão dívida-PIB no médio prazo.**

Expectativas medianas para o resultado primário do governo central e limites previstos na LDO/PLDO
(R$ bilhões): 2019-2022



Fonte: Prisma Fiscal-SPE.

Expectativas medianas para as variáveis fiscais e para o crescimento do PIB: 2019-2022								
	2019		2020		2021		2022	
Mês de envio de Previsão	jan/19	jul/19	jan/19	jul/19	jan/19	jul/19	jan/19	jul/19
Arrecadação das Receitas Federais*	1.569,1	1.559,2	1.684,2	1.673,5	1.809,7	1.781,3	1.913,3	1.903,9
Receita Líquida do GC*	1.324,6	1.308,0	1.419,4	1.399,6	1.519,4	1.490,3	1.619,2	1.595,1
Despesa Total do GC*	1.426,1	1.415,9	1.483,7	1.478,8	1.540,6	1.535,9	1.599,8	1.597,3
Resultado Primário do GC*	-102,4	-105,9	-68,8	-76,2	-27,0	-43,0	19,0	1,4
Dívida Bruta do GG (% PIB)	78,2	78,8	79,8	80,2	81,0	81,1	81,3	81,2
Crescimento do PIB (%)**	2,5	0,8	2,5	2,2	2,5	2,5	2,5	2,5

Fonte: Prisma Fiscal-SPE; Focus-BCB.
(*) R$ Bilhões
(**) Mediana das expectativas coletadas na primeira semana de cada mês.

Despesas discricionárias: execução

A contínua **elevação dos gastos obrigatórios**, que hoje representam mais de 90% dos gastos totais do Governo Central, e a ampliação dos subsídios e gastos tributários têm **comprimido fortemente as despesas discricionárias**, afetando negativamente a execução de diversas ações e políticas públicas.[1] Nesta seção, apresenta-se a evolução das despesas discricionárias nos últimos anos e um breve panorama para 2019.

Execução de despesas discricionárias do Governo Central, por função governamental e natureza de despesa *(R$ bilhões de 2018): 2015-2018**

Função governamental	Categoria Econômica	2015	2016	2017	2018
04 - Administração	**Total**	**5,9**	**5,7**	**6,1**	**7,8**
	Despesas correntes	5,2	5,2	5,4	7,2
	Despesas de capital	0,7	0,5	0,7	0,7
05 - Defesa Nacional	**Total**	**13,0**	**15,1**	**13,1**	**15,3**
	Despesas correntes	5,7	5,6	5,0	4,7
	Despesas de capital	7,3	9,6	8,2	10,5
10 - Saúde	**Total**	**19,9**	**21,1**	**23,9**	**29,6**
	Despesas correntes	14,8	15,7	20,8	23,2
	Despesas de capital	5,1	5,4	3,1	6,4
12 - Educação	**Total**	**31,7**	**30,0**	**24,6**	**25,1**
	Despesas correntes	26,0	24,0	20,3	20,2
	Despesas de capital	5,7	6,0	4,3	4,9
26 - Transporte	**Total**	**11,9**	**13,4**	**11,3**	**10,7**
	Despesas correntes	1,6	1,7	1,5	1,5
	Despesas de capital	10,3	11,7	9,8	9,2
Outras	**Total**	**66,9**	**63,2**	**42,2**	**40,3**
	Despesas correntes	39,1	32,8	24,1	23,5
	Despesas de capital	27,9	30,4	18,1	16,8
Total por função	**Total**	**149,4**	**148,4**	**121,2**	**128,8**
	Despesas correntes	92,4	84,8	77,1	80,4
	Despesas de capital	56,9	63,6	44,0	48,4
Memorando: discricionárias em percentual das despesas primárias totais		**11,0**	**11,0**	**9,1**	**9,8**

(*) Valores pagos, incluindo restos a pagar. Do valor total da despesa, excluem-se os gastos financeiros, obrigatórios, financiados por meio de crédito extraordinário (exceto classificação de gasto "sem impacto fiscal"), fontes de recursos 81, 94, 95 e 96 (doações e convênios), bem como aqueles a cargo dos demais poderes e órgãos com autonomia orçamentária.
Fonte: Siga Brasil.

[1] *As despesas discricionárias são aquelas que o governo possui liberdade, do ponto de vista legal, para executar ou não. Ao contrário das obrigatórias, as discricionárias são passíveis de contingenciamento. Mas existem normas que impedem o contingenciamento de parte das discricionárias. A título de exemplo, podemos citar a execução obrigatória de emendas parlamentares individuais e de bancada e a execução necessária para atingir os mínimos constitucionais em educação e saúde. Mais detalhes podem ser encontrados no tutorial elaborado pela SPE: http://fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/relatorios-do-prisma-fiscal/tutoriais/tutorial-despesas-contigenciaveis.pdf.*

A tabela da página anterior mostra o comportamento das despesas discricionárias de 2015 a 2018 por função governamental e de acordo com a categoria econômica. O total de gastos discricionários apresentou variação real de aproximadamente -13,8% no período, sendo que as despesas correntes tiveram queda de 13,0% e as de capital diminuíram 15,0%. Com efeito, **a redução no gasto discricionário tem afetado um conjunto amplo de elementos, que inclui desde material de consumo na educação até investimentos na área de transporte**.

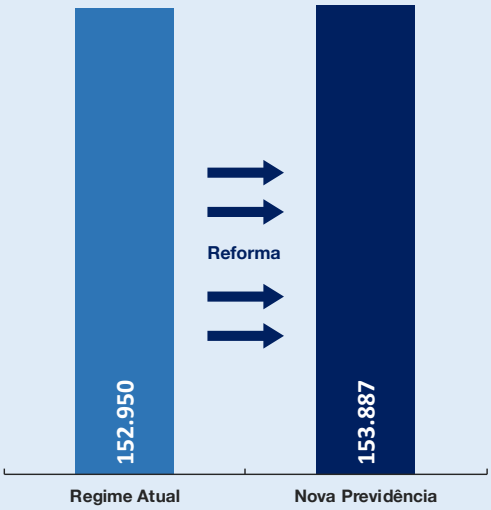
A tabela abaixo apresenta a execução dos gastos discricionários nos primeiros seis meses dos anos de 2017 a 2019. O valor total executado neste ano encontra-se, em termos reais, aproximadamente 24% abaixo do patamar observado em 2018, e 10% abaixo do nível de 2017. Essas diferenças devem-se não apenas à tendência geral de **"expulsão" das despesas discricionárias pelo avanço das obrigatórias, mas também ao controle adicional dos gastos em 2019 diante da revisão para baixo das projeções de crescimento do PIB e das receitas federais**.

Execução das despesas discricionárias do Governo Central, de janeiro a junho
*(R$ milhões de jun-2019): 2017-2019**

Função governamental	Jan-jun/2017	Jan-jun/2018	Jan-jun/2019
03 - Essencial à justiça	205,8	198,9	177,9
04 - Administração	2.663,8	4.312,3	3.266,2
05 - Defesa nacional	4.650,0	5.957,8	3.624,9
06 - Segurança pública	1.520,2	1.503,2	1.473,6
07 - Relações exteriores	662,0	764,1	710,3
08 - Assistência social	1.239,9	1.495,3	1.179,2
09 - Previdência social	795,9	798,1	913,9
10 - Saúde	10.963,7	16.010,2	9.199,2
11 - Trabalho	268,4	217,7	198,2
12 - Educação	10.436,7	11.086,8	9.182,1
13 - Cultura	281,6	281,3	284,0
14 - Direitos da cidadania	465,6	225,7	217,3
15 - Urbanismo	1.288,2	1.259,4	960,1
16 - Habitação	21,6	24,4	25,1
17 - Saneamento	302,5	276,0	216,8
18 - Gestão ambiental	1.069,1	898,8	1.145,3
19 - Ciência e tecnologia	1.762,6	1.757,9	1.447,0
20 - Agricultura	641,7	877,7	759,3
21 - Organização agrária	351,7	410,5	189,8
22 - Indústria	275,7	309,3	296,8
23 - Comércio e serviços	228,1	335,5	216,1
24 - Comunicações	158,3	159,0	146,5
25 - Energia	187,5	203,0	325,7
26 - Transporte	4.590,8	4.637,3	3.775,6
27 - Desporto e lazer	281,3	311,1	304,5
28 - Encargos especiais	3.335,2	3.102,1	3.620,5
99 - Reserva de contingência	0,0	0,0	0,0
Não aplicável - não aplicável	0,0	0,0	0,0
Total geral	**48.647,8**	**57.413,4**	**43.856,0**

Fonte: Siga Brasil.
(*) O valor pago inclui a parcela decorrente de restos a pagar de outros anos.





Nova Previdência combate privilégios

Em abril deste ano, a Secretaria de Política Econômica divulgou em seu sítio eletrônico Nota Informativa com o título "Nova Previdência e o Combate a Privilégios"[1], em que apresenta as distorções existentes no regime de previdência atual em relação às contribuições e benefícios das diferentes carreiras do setor público e faixas de renda do setor privado. Essas distorções se traduzem em enormes desigualdades de condições e elevados privilégios, financiados por contribuições previdenciárias das gerações mais novas e por impostos pagos pela população de forma geral, tendo em vista o déficit no orçamento da seguridade social. Os privilégios são mensurados por meio do cálculo dos subsídios previdenciários, definidos como a diferença atuarial, em valor pre-

[1] http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/notas-informativas/2019/ni-nova-previdencia-e-combate-a-privilegios-v10.pdf

sente, entre o ganho esperado na aposentadoria e o montante total contribuído, somando-se as contribuições do trabalhador e a patronal.

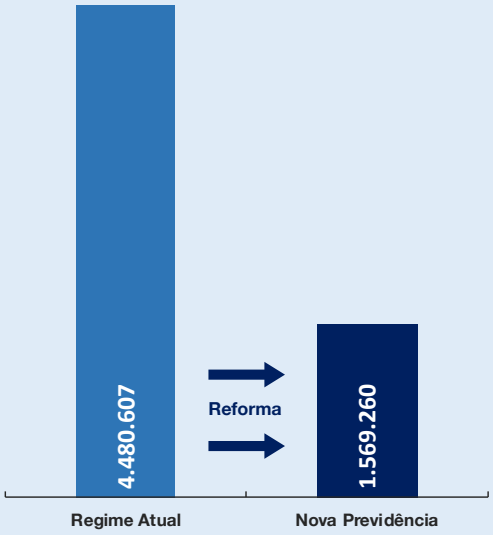
A partir desse estudo, **foi feita nova simulação do valor estimado do subsídio, considerando os trabalhadores do setor privado com renda mensal de 1 salário mínimo e os servidores públicos com salários acima de R$ 25 mil**. A mesma metodologia foi utilizada, mas utilizando-se a idade média de ingresso em cada carreira do setor público e de início de contribuição do setor privado e o tempo previsto para aposentadoria no regime atual, de acordo com dados administrativos da Secretaria de Previdência.

Foram calculados os subsídios em 2 diferentes cenários: com as regras do regime previdenciário atual e com as regras da Nova Previdência. A partir da comparação dos subsídios nesses dois cenários, é possível estimar a redução dos privilégios das carreiras do topo do setor público, com a adoção da Nova Previdência. Neste último cenário, considera-se que os homens se aposentam aos 65 anos, com 35 anos de contribuição, e que as mulheres se aposentam aos 62 anos, com 30 anos de contribuição. A idade de óbito utilizada para fins de cálculo do valor presente esperado dos benefícios dos servidores públicos foi de 85 anos, para homens, e 87 anos, para mulheres, segundo a tábua de mortalidade de Beltrão e Sugahara (2017)[2].

De acordo com **os cálculos realizados, o subsídio estimado para cada trabalhador do setor privado com renda mensal de 1 salário mínimo seria de R$ 152.950, no regime atual, e R$ 153.887, na Nova Previdência**. Desta maneira, com a implementação da reforma proposta, haveria aumento de R$ 937 no subsídio, ou seja, a situação desse trabalhador praticamente não seria afetada.

No entanto, para os servidores públicos com salários acima de R$ 25 mil, observa-se uma redução significativa dos subsídios e, portanto, dos privilégios com a adoção da Nova Previdência. Estima-se que o subsídio desse servidor passaria de aproximadamente R$ 4,5 milhões, nas regras atuais, para R$ 1,5 milhão, na Nova Previdência. Dessa forma haveria diminuição de R$ 3 milhões por servidor.

Subsídio no setor público, simulação com salários acima de R$ 25.000,0



[2] *Beltrão, K., e Sugahara, S. (2017). Mortalidade dos funcionários públicos civis do Executivo por sexo e escolaridade - 1993/2014. Revista Contabilidade & Finanças, 28(75), 445-464.*

Pesquisa

Nova Previdência e Crescimento do PIB

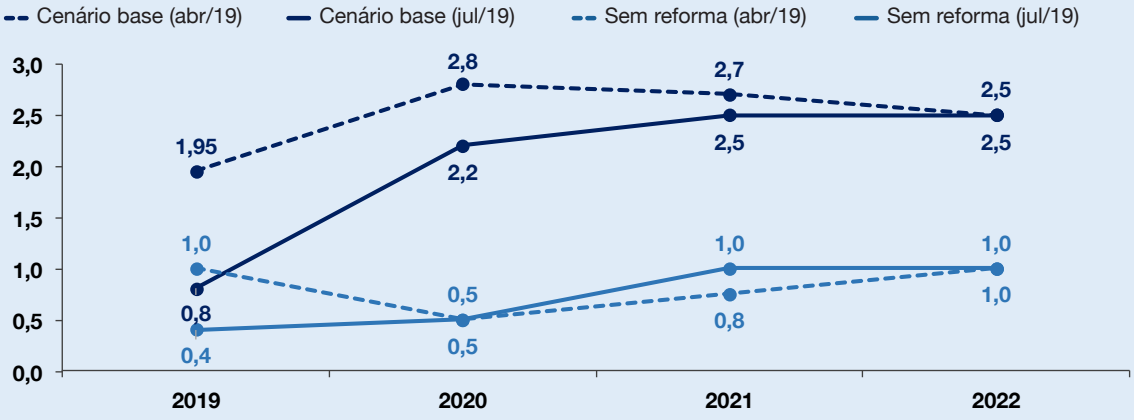
A SPE realizou **duas sondagens especiais a respeito da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 6, de fevereiro de 2019**. A primeira consulta aos participantes foi realizada entre 15 de março e 5 de abril, e a segunda, entre 10 de junho e 5 de julho. Nas duas oportunidades, aproximadamente 60 analistas de mercado informaram suas expectativas em relação ao crescimento do PIB nos próximos anos sob três cenários: (i) aprovação integral do projeto de Reforma elaborado pelo governo; (ii) aprovação parcial do projeto do governo, considerando-se a expectativa de cada participante em relação ao valor esperado para a potência fiscal da Reforma a ser eventualmente aprovada no Congresso; (iii) sem aprovação da Reforma. É interessante notar que todos os participantes indicaram expectativa de aprovação de alguma versão da Reforma neste ano.

O gráfico abaixo apresenta as medianas das expectativas de crescimento do PIB no cenário que considera a aprovação parcial da Reforma e naquele sem aprovação da Reforma, isto é, para os casos (ii) e (iii) descritos anteriormente. Os resultados para o caso (i) não são apresentados porque o projeto original não está mais em discussão no Congresso. O caso (ii) deve ser interpretado como o cenário base de mercado – o qual, de fato, apresentou valores muito próximos às medianas do Boletim Focus-BCB do início de abril e julho. Sendo assim, sua comparação com o cenário (iii) deve refletir o quanto o mercado espera de perda, em termos de crescimento do PIB, caso a Reforma não seja aprovada.

Os resultados das pesquisas de abril e julho são semelhantes no sentido de que, nas duas oportunidades, **os analistas projetaram taxas de crescimento do PIB substancialmente mais elevadas no cenário que considera a aprovação da Reforma**. A diferença projetada no crescimento do PIB revela-se particularmente relevante a partir de 2020 e converge, em ambas as pesquisas, para 1,5 ponto percentual (p.p.) em 2022. Na última sondagem, o diferencial foi de 0,4 p.p. para 2019, 1,7 p.p. para 2020 e 1,5 p.p. para 2021 e 2022.

Cabe ressaltar que, mais do que indicar um possível excesso de otimismo do mercado no cenário de Reforma, esse diferencial reflete principalmente a expectativa de baixo crescimento do PIB em um cenário hipotético em que a Reforma da Previdência não seja aprovada. As projeções de mercado são, portanto, consistentes com o diagnóstico de que a recuperação plena da economia brasileira requer medidas adicionais, além da Reforma da Previdência, que contribuam para a consolidação fiscal e a elevação da produtividade.

Expectativas medianas para o crescimento do PIB de acordo com a aprovação ou não da Reforma da Previdência (%): 2019-2022



Fonte: Prisma Fiscal-SPE



SECRETARIA DE **POLÍTICA ECONÔMICA**

SECRETARIA ESPECIAL DE **FAZENDA**

MINISTÉRIO DA **ECONOMIA**

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL